

Feminização e transformações das práticas jornalísticas: o exemplo do jornalismo político na imprensa diária francesa

Béatrice Damian-Gaillard

Eugénie Saitta

Professoras da Universidade de Rennes1, doutoras em Ciências da Informação e da Comunicação e pesquisadora o CRAPE – Centro de Pesquisas sobre a Ação Política na Europa.

Resumo

Este artigo discute e esclarece a ideia de que a feminização do jornalismo político ajudaria a formar relações distintas em relação ao trabalho jornalístico e participaria de uma renovação da informação política. Nossa análise se esforça para não consagrar o papel das mulheres ou a feminização de práticas (perspectiva diferencialista) e, inversamente, para não negligenciar os efeitos de gênero (perspectiva universalista). Embasamos a discussão a partir de duas pesquisas de campo. Uma delas é parte de uma pesquisa sobre as transformações do jornalismo político. A outra é parte de pesquisa sobre o processo de feminização do jornalismo político nos diários nacionais francêss.

Palavras-chave: feminização; imprensa francesa; jornalismo; jornalismo político

Abstract

This article discusses and clarifies the idea that the feminization of political journalism would help to form different relationships in relation to journalistic labour and participate in a renewal of political information. Our analysis strives not to enshrine the role of women and the feminization of practices (differentialist perspective) and, conversely, not to neglect the effects of gender (universalist perspective). The article is based on two field researches. One is part of a research on the transformation of political journalism. The other is part of research on the process of feminization of political journalism in the French national dailies.

Keywords: feminization; French press; journalism; political journalism

DOSSIÊ
PRÁTICAS JORNALÍSTICAS



1. INTRODUÇÃO

Na estrutura da concorrência e hierarquia das especialidades jornalísticas, o jornalismo político tem ocupado, historicamente, uma posição elevada (*de não retorno* ou *objetivo de prestígio*, Tunstall, 1971) na imprensa diária nacional (PQN¹). Era, portanto, um símbolo da consagração, um lugar de poder profissional e de produção de um meta-discurso sobre o mundo social. A forte presença masculina nos serviços políticos também contém, por outro lado, dois outros elementos: homologia com o campo político, dominado numericamente por homens, e uma elevada ideia da política como coração do poder, do qual o jornalismo político permitiu se avizinhar. No entanto, observa-se, no período recente, a feminização do jornalismo político, o aumento da proporção de mulheres nas editorias políticas de diários nacionais como *Le Monde* ou *Le Figaro*, até alcançar a paridade no início dos anos 2000 (Damian –Gaillard; Saitta, 2011). Esta evolução sociográfica coloca a questão do seu impacto sobre as práticas do trabalho jornalístico.

Este artigo discute e esclarece a ideia de que a feminização do jornalismo político ajudaria a formar relações distintas em relação ao trabalho jornalístico (no quadro de informações, no relacionamento com as fontes, os valores profissionais etc.) e participaria de uma renovação da informação política. As jornalistas políticas experimentariam, assim, um certo desinteresse na perspectiva de um enquadramento exclusivamente institucional da informação política, centrado nas instituições, os partidos representados no parlamento, políticos ocupando os mais altos cargos do campo. Elas seriam menos fortemente interessadas e investiriam menos nos jogos de poder do que seus colegas do sexo masculino. Os valores jornalísticos “femininos” favoreceriam um modo de tratamento de informação política, ao mesmo tempo personalizado (mais atento às personalidades, aos traços psicológicos, com um pronunciado gosto pela escrita narrativa) e distanciado (apelando para humor, ironia, escárnio; atento às cenas cômicas, anedóticas). Nossa análise se esforça para não cristali-

zar o papel das mulheres ou a feminização das práticas (perspectiva diferencialista) e, inversamente, para não negligenciar os efeitos de gênero (perspectiva universalista).

Este artigo é baseado em duas pesquisas de campo. Uma é parte de um doutorado sobre as transformações do jornalismo político, no período recente (Saitta, 2006), durante o qual foram realizadas cerca de quarenta entrevistas com (ex) jornalistas políticos franceses, comentários diretos à editoria de política do *le Monde*² e uma análise qualitativa e quantitativa do corpus de artigos. A outra é parte de pesquisa sobre o processo de feminização do jornalismo político nos diários nacionais francês (Damian Gaillard, Saitta, 2011), para a qual foi feita uma dúzia de entrevistas com jornalistas ocupando ou tendo ocupado várias posições nas editorias políticas (redator, chefe de redação, assistente...) da PQN, tanto mulheres quanto homens.

Mostraremos, em primeiro lugar, os limites da ideia de uma “escrita feminina” do jornalismo; então, estudaremos os complexos processos pelos quais a feminização do jornalismo político poderia ter efeitos sobre maneiras de falar de política em jornais diários franceses, a partir dos anos 1990.

2. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO E GÊNERO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

A questão de gênero no tratamento da informação é complexa. Se os autores, por um lado, destacam a existência de percepções de gênero nas práticas, nos valores e convenções jornalísticos (Ross, 2001) – van Zoonen (1998), por exemplo, fala em uma “visão de mulher” e assume características (em oposição a um conjunto de práticas “masculinas”) – eles reconhecem, por outro lado, que é difícil identificar UMA prática “feminina” distinta por temas, ângulos e fontes mobilizadas. Esta dificuldade está ligada, em primeiro lugar, à própria diversidade dessas práticas e também às restrições colocadas sobre elas.

Neveu (2000, p. 190) mostra, por exemplo,

² Jornalistas mulheres e homens, que trabalham ou trabalharam nas editorias de política do *Figaro*, *L'Humanité*, *Libération*, *Le Monde* e *Le Parisien* e/ou a partir de 1980. Entrevistas realizadas entre 2002 e 2003.

¹ Sigla em francês para *Presse Quotidienne Nationale*

vários desses “mecanismos sociais poderosos que contribuem para uma homogeneização das formas de escrever”. Ele sublinha, dessa forma, o papel da socialização dos futuros jornalistas no processo de formação da profissão nas escolas de jornalismo, algumas vezes qualificadas como instâncias de formatação (Ruffin, 2003) e o papel da aprendizagem profissional nas empresas jornalísticas ou, ainda, o peso crescente de serviços de marketing e de pesquisa de audiência que produzem dados sobre as expectativas e práticas dos públicos.

2.1. Diversidade de práticas

Falar de uma escrita jornalística “feminina” é problemático porque sua definição se constrói, geralmente, segundo uma lógica dicotômica entre masculino e feminino. Esta visão binária baseia-se em definições estereotipadas de papéis de gênero e as reproduz, ajudando assim a legitimar a ideia de que alguns temas ou especializações jornalísticas seriam mais ou menos adequados a mulheres ou homens. É, portanto, difícil destacar uma prática feminina do jornalismo sem sustentar e reproduzir uma definição essencialista da mulher e do homem. Essas definições reificadas não integram as evoluções do contexto histórico, social e profissional. Além disso, a imbricação do gênero com outras formas de relações sociais (classe, etnia ...) produz múltiplas feminilidades e masculinidades. Finalmente, a profissão de jornalista é caracterizada pela sua fragmentação e diversidade das modalidades de exercício da profissão. As formas de tratamento da informação jornalística que são geralmente reagrupadas sob o termo “escrita feminina”, inscrevem-se, na verdade, em diferentes setores da imprensa e em diferentes campos jornalísticos e encaminham-se para práticas e lógicas diversas, até mesmo divergentes, que só fazem sentido em relação aos códigos, valores, convenções jornalísticas próprias a cada um desses universos (Charrier-Vozel, Damian Gaillard, 2005).

É, pois, crucial mostrar a diversidade tanto das estratégias de especialização (em termos de setores, temáticas, assuntos, “ângulos”, competências ...), quanto das relações com as fontes desenvolvidas por jornalistas mulheres, diversidade que pode certificar disposições femininas (socialmente construídas),

mas também – e principalmente – contrariar uma posição que as leve a elaborar e/ou mobilizar os estereótipos de gênero amplamente produzidos e compartilhados por fontes, colegas do sexo masculino, editores, redatores, empresa jornalística etc.

2.1.1. Estratégias

As pesquisas anglo-saxônicas e escandinavas salientam frequentemente a diversidade de estratégias de jornalistas do sexo feminino seja para inserir salas de redação nos coletivos de trabalho, seja, de modo mais geral, para investir no campo jornalístico (van Zoonen 1998). Sendo assim, Djerf-Pierre (2007) distingue três estratégias de investimento por mulheres, no campo jornalístico, correspondentes a diferentes concepções de gênero e da configuração do campo jornalístico na Suécia, em diferentes momentos. A primeira, *a de competição*, consiste em desafiar os homens em seu próprio jogo, esforçando-se para adquirir as mesmas formas de capital deles, tornando-se “*um dos rapazes*” (um deles)³.

A segunda, chamada de estratégia de especialização, baseia-se na utilização de um capital especificamente feminino e no investimento em temas ou gêneros específicos, por exemplo, na publicação de revistas ou jornais femininos, afirmando-se como “*uma das meninas*” (uma delas)⁴. Finalmente, a estratégia de expansão visa abrir espaço jornalístico, desenvolvendo novos gêneros e estilos antes de se tornarem gênero.

2.1.2. Relações com as fontes

Em um crescente trabalho sobre gênero e relações com as fontes, autores identificam uma série de posturas de mulheres jornalistas. Uma primeira postura explora os estereótipos de gênero dos quais são objeto por parte das fontes. Exercem, então, uma relação de sedução, distinção, introduzindo, por exemplo, outras formas relacionais com seus interlocutores, fundamentadas na confiança, de forma que eles as percebam como “inofensivas”, porque não aparentadas com o “gênero viril” (Lachover, 2005).

³ Grifos das autoras.

⁴ Idem.

Apoiam-se também na presunção de incompetência, notadamente nas áreas reputadas como “masculinas”, como jornalismo esportivo e algumas modalidades esportivas “masculinas” como futebol ou hóquei. Isso lhes permite alavancar perguntas, solicitar esclarecimentos, para obter mais tempo com seu interlocutor com a desculpa de se explicar melhor, favorecidas, às vezes, pelo fato de que são pouco numerosas, portanto mais rapidamente identificáveis (Schoch, Ohl 2010).

A segunda postura consiste em explorar capitais que lhes são específicos, a fim de transformar “deficiência” em recurso profissional. A este respeito, Djerf-Pierre (2005) observa que, entre os líderes das estruturas midiáticas suecas, as mulheres compensam menor capital econômico, cultural e profissional, em contraposição ao capital social (no sentido aplicado por Bourdieu). Pelo exemplo de um jornalista que mobiliza seu elevado capital social para participar de um casamento para o qual a imprensa não é convidada, Robinson (2004) mostra como a ativação destes capitais específicos permite contornar uma exclusão.

Devemos, portanto, levar em conta, na análise de eventuais especificidades das práticas jornalísticas “femininas”, suas variações diacrônicas (de acordo com o contexto histórico, social, profissional) e sincrônicas (de acordo com a especialidade jornalística, a posição ocupada, convenções jornalísticas etc.).

2.2. Restrições organizacionais

Não aderimos à ideia segundo a qual mais mulheres entre os jornalistas conduziriam mecanicamente a uma transformação – ou, mais precisamente, à feminização – de práticas e conteúdos jornalísticos. Isso repousa, de fato, em premissas altamente questionáveis: uma crença na autonomia dos jornalistas em seu trabalho diário e na redação; uma concepção de empresas jornalísticas “cegas de gênero”⁵.

Ora, de um lado, as restrições organizacionais pesam nas práticas jornalísticas, que, portanto, precisam ser compreendidas a partir de uma sociologia dos processos de produção da informa-

ção (Schudson, 1989) e, de outro, há uma ordem de gênero nas redações (Löfgren-Nilsson, 2010), onde “as normas, os procedimentos e a cultura organizacionais são marcados por preconceitos de gênero (Bereni, 2008, p. 140)”. Na verdade, os meios de comunicação são organizações de gênero em vários níveis na construção de divisões de gênero; na construção de imagens e símbolos reforçando essas divisões; nas várias interações entre homens e mulheres, entre mulheres, ou entre homens; na identidade individual (Acker, 1990). Concentramos aqui, particularmente, em dois processos. Um concerne às lógicas de distribuição de mulheres e de homens, segundo diferentes setores, especialidades e habilidades jornalísticas. O outro refere-se às lógicas da inclusão e exclusão das posições de poder nas redações.

2.2.1. Dinâmicas de segregação horizontal

Várias obras francesas (Damian, Saitta, 2010; Delorme, Raul, 2010; Maruani 1989; Neveu, 2000), anglo-saxãs ou escandinavas (Djerf-Pierre, 2007; Djerf Pierre, Löfgren-Nilsson, 2004) mostraram a existência de uma divisão de áreas de especialidade jornalística entre homens e mulheres, de setores midiáticos, de serviços e rubricas, ou ainda de habilidades e especialidades de gênero. Assim é que se identificam temas mais “femininos”, como moda, cultura ou sociedade, e as mulheres acabam por trabalhar principalmente em áreas informativas como uma extensão de suas responsabilidades domésticas e do papel que lhes é socialmente atribuído a saber o cuidado, a educação e a humanidade (Neveu, 2000). Por outro lado, alguns setores de prestígio, como a política interna na imprensa diária nacional (PQN⁶) e os semanários de notícias, têm sido uma área quase que exclusivamente “masculina”. Além disso, as áreas identificadas como “femininas” ou “masculinas” variam, conforme a época, como ressalta Djerf-Pierre (2007, p. 96) em relação à Suécia:

o jornalismo investigativo foi tomado principalmente por jornalistas mulheres no início de 1900; setenta anos depois e desde então, é um domínio masculino. A cobertura de questões sociais não era relacionada ao gênero no início do século,

mas se tornou “trabalho de mulher” nos anos 1970. Nos primeiros anos do século, as notícias internacionais eram um domínio das mulheres, mas somente poucas décadas mais tarde, quando a área ganhou status e o foco mudou para notícias em primeira mão, os homens tomaram lugar.

Esta perspectiva histórica destaca os efeitos de transformações do recrutamento jornalístico, do capital social e cultural dos jornalistas e da definição de “bom” jornalista sobre os processos de segregação horizontal.

Se é essencial tornar visível o *gender-typing* nas redações em termos de tarefas, funções, atribuições de trabalho, posições, devemos também compreender como os sentidos coletivos de gênero são produzidos, identificar como o trabalho cotidiano, as ações e a linguagem são interpretados como mais femininos ou mais masculinos e como estas interpretações estruturam diariamente os processos de tomada de decisão, a seleção dos temas, a distribuição de tarefas, a escolha das fontes, etc. Löfgren-Nilsson (2010), por exemplo, mostra que, na estação de televisão pública sueca SVT, as mulheres, percebidas de forma essencialista pelos editores como passivas-conservadoras-hesitantes, são afeitas com mais frequência a pesquisas documentais, enquanto os homens, vistos como ativos-confiáveis-seguros, são enviados para o trabalho de campo. Estes mecanismos são, pois, rotinas profissionais com base em estereótipos de gênero que levam a prejudicar as mulheres nas atribuições de tarefas nas redações, a preferência sendo geralmente dada ao discurso e ao *know-how* “masculinos”.

2.2.2. Dinâmica de segregação vertical

O acesso ainda limitado das mulheres a cargos de decisão nas redações é relativamente bem documentado na literatura (IFP, 2001). Mas contar os homens e as mulheres, identificar as posições e perfis de trabalho não é suficiente, pois o desafio é o de também identificar mecanismos que excluem ou incluem certos grupos nas posições de poder. As condições de trabalho que dificultam a conciliação entre a vida profissional e a vida privada constituem um primeiro mecanismo. Este é o caso do jornalismo político da PQN francesa (Damian; Saitta, 2011), onde as jornadas de trabalho são extensas (noites e fins de semana),

onde a competição entre os colegas é exacerbada em um universo duplamente masculino (serviço e fontes políticas). De Bruin (2004) explica que, para evitar o assédio sexual que ocorre nas redações caribenhas sutil ou diretamente, verbal ou pela linguagem corporal, algumas mulheres optam por manter uma distância, que as afastam dos centros de decisão e de poder. As modalidades de discurso são outro mecanismo de exclusão ou inclusão de posições de poder. Löfgren-Nilsson (2010), no caso do audiovisual público sueco, destaca “a norma de conversação dominada pelo gênero” que favorece, por exemplo, a expressão direta e afirmativa (“Eu tenho uma puta boa ideia”)⁷ preferencialmente utilizada por homens, em vez da forma interrogativa convidando ao debate (Eu acho que... você acha que isso merece ser publicado?)⁸, preferencialmente usada por mulheres. Finalmente, a sociabilidade é outro desses mecanismos. Löfgren-Nilsson (2010) identifica rituais de confirmação que tendem a excluir as mulheres. Os homens são assim sistematicamente solicitados sem ter de realmente “chupar cana e assobiar ao mesmo tempo” devido a uma preferência dos editores pela “rede de colegas de trabalho” ou por uma “sociabilidade” masculina. Aqui vemos como as redes informais e lógicas de cooptação jogam contra as mulheres na obtenção de promoções profissionais.

2.3. Questionamentos e problemática

A especificidade (ou não) de certas práticas “femininas” (e “masculinas”), efeito de processos complexos e imbricados, deve ser analisada como parte de uma sociologia dos processos de produção da informação e de restrições organizacionais, não somente de gênero. O conceito de gênero, em primeiro lugar, entendido tanto como um processo de identificação quanto referência social de gênero, ajuda na compreensão das práticas jornalísticas. Pode-se, assim, se perguntar em que medida a presença de mulheres em editorias, especialidades ou habilidades geralmente percebidas como “femininas” (e vice-versa) é o resultado:

- de uma autoafetação: a afinidade de mulhe-

⁷ “I have a good fucking idea”.

⁸ “I think that... Do you think it's newsworthy?”

⁵ Idem.

⁶ Sigla em francês para *Presse Quotidienne Nationale*.

res jornalistas a essas editorias resultaria das suas disposições femininas (socialmente construídas);

- de estratégias/táticas: mulheres jornalistas se especializariam explorando e procurando valorizar um capital especificamente feminino;
- de atribuições hierárquicas com base em estereótipos de gênero: as jornalistas, preferencialmente designadas às áreas voltadas à informação, sofreriam de estresse;
- de rituais enraizados no trabalho cotidiano: a existência de princípios de solidariedade masculina agem como uma confirmação das posições, valores... de jornalistas do sexo masculino;
- de estratégias de negócios das empresas jornalísticas: os diretores de redação têm uma visão essencialista das práticas jornalísticas femininas, vendo-as como um trunfo para capturar o público feminino.

códigos do jornalismo político onde domina a postura analítica da saliência, enquanto o segundo pode ser lido como a reprodução das percepções estereotipadas do “feminino” que seriam relacionadas com a esfera privada, o interior, a intimidade. De forma que, se a “feminilidade” é apresentada de maneira positiva, com vista a reverter o estigma, seus conteúdos não são contestados. É por isso que é necessário ter em conta na análise:

- a especialidade jornalística dos profissionais (valores, convenções jornalísticas dominantes, perfis dos jornalistas recrutados, posição na estrutura da hierarquia e da concorrência entre as editorias...);
- a posição dos jornalistas em sua especialidade (reportagens atribuídas, habilidades, grau de decisão...);
- e a sociografia dos jornalistas (trajetória, capitais...).

3. AS TRANSFORMAÇÕES NA ESCRITA DO JORNALISMO POLÍTICO SOB O OLHAR DE SUA FEMINIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Em que medida o aparecimento de “inovações” editoriais na maneira de falar de política, e mais especificamente o surgimento da “narrativa política”, a partir dos anos 1990, na imprensa diária nacional francesa, está relacionado com a feminização do jornalismo político? Por quais processos complexos as mulheres inventaram ou se mobilizaram para estes novos formatos? Como tais formatos se tornam um registro de expressão legítima?

3.1. Gênese da narrativa política: das beiradas à legitimidade

A partir da década de 1980 e, sobretudo, da década de 1990, Saitta (2008) identifica novos formatos de expressão do jornalismo político evidenciando uma forma inédita de distanciamento entre os jornalistas e suas fontes, que inclui a narrativa política. Identificado pelos jornalistas políticos como valorativos e valorizados, estes formatos encarnam sua visão de excelência profissional. Segundo a autora, eles traduzem uma mudança

gradual em direção a uma “retórica cínica¹⁰”, que se torna legítima e dominante. Assim, a narrativa política desenvolve tanto uma leitura dessacralizadora ou de-singularizante do campo político, o que mostra a vida política “pelo lado errado do telescópio” e os atores políticos como pessoas quaisquer, quanto uma leitura objetificante ou utilitarista da vida política, que a revela como um conjunto de estratégias para o acesso ao poder e se concentra em confrontos pessoais. Revelando os bastidores da política “como se o leitor lá estivesse”, para melhor capacitá-los a compartilhar os segredos do poder, a narrativa política, enraizada em um “efeito real” (Barthes, 1982), transmite uma atmosfera, retrata personagens, encena diálogos. Aponta para um duplo registro de empatia e ironia, fascínio e repulsa: os atores políticos são, ao mesmo tempo, próximos (homens como quaisquer outros) e mostrados em situações embaraçosas, às vezes ridículas.

Se adquire seu *pedigree* ao longo dos anos 1990 e 2000, a narrativa política, porém, entra “pela porta dos fundos” nos registros mobilizados pelos jornalistas políticos da imprensa diária nacional francesa. Originalmente, ela aparece, a partir de 1970, em títulos da imprensa de informações gerais e política, posicionados no centro comercial do campo jornalístico (Bourdieu, 1994), no qual a legitimidade interna é, pois, a mais baixa. Na década de 1980, o uso da narrativa política se espalha por diários criados na década de 1970, como *Le Quotidien de Paris*, *Le Matin de Paris* ou ainda *Libération*. Não se imporá senão na segunda metade dos anos 1990¹¹, em títulos históricos de

10 Na acepção do Padiou (1976), a noção de retórica não se refere apenas a procedimentos de escritura, mas também a representações e práticas jornalísticas inscritas em uma relação de forças entre grupos de jornalistas. Esses últimos apropriam-se de uma certa retórica jornalística que lhes serve de estratégia ou recurso para obter o reconhecimento de seu status e de sua competência. Por exemplo, em meados da década de 1970, jornalistas especializados em educação no mundo colocaram-se, face às suas fontes e aos colegas perante quem eram considerados mais militantes do que verdadeiros repórteres, como críticos especialistas com um conhecimento técnico e aprofundado do campo, a fim de ganhar legitimidade.

11 As revistas de notícias foram pioneiras na encenação “dos bastidores” da política. A partir dos anos 1960, *L'Express* recontava o cotidiano das figuras políticas, reportava informações confidenciais, transformando o jornalista em entrevistador ou em iniciado, fazendo uso de um estilo mais narrativo que demonstrativo, buscando uma impressão de verossimilhança (Kaciak, 2004).

“referência” da imprensa diária nacional como *Le Figaro* e *Le Monde*.

O exemplo de *Libération* mostra como a introdução da narrativa política nos formatos de expressão do jornalismo político da imprensa diária nacional foi feito “pelas beiradas.” Considerada um gênero menor, mas divertida, a narrativa política é introduzida no *Libération* por Françoise Berger, recém-chegada à editoria política e sem experiência anterior nesta especialidade. “Lembro-me que aqui, logo, todo mundo estava falando dela, todo mundo ria dos textos de Françoise [Berger]. Então os senhores da política, ou os senhores jornalistas da política, continuavam a achar isso genial, mas não se sentiam ameaçados, foi um sucesso, mas talvez em suas mentes ainda era um gênero menor. Riam disso, droga. Lembro-me do chefe da editoria política, a cada vez que lia seus textos, sentia um prazer verdadeiro¹²”. Um de seus colegas (Neveu, 1993, p. 97) qualificou-a como “franco-atiradora” do jornalismo político. Por outro lado, a jornalista é vista por seus colegas como sofrendo de falta de competência. “E justamente a editoria política, especialidade para a qual suas habilidades são escassas [Françoise Berger vem de Cotidiano]. Mas sua pena afiada e alerta faz rapidamente maravilhas na reportagem”, reporta, por exemplo, Jean Guisnel, em sua biografia do *Libération* (1999, p. 132). Ela provém, com efeito, de uma editoria então pouco legítima na hierarquia das especialidades jornalísticas, a das informações gerais de revistas (*L'Express*) e se destaca em um gênero que é totalmente alheio à editoria de política, a reportagem, para a qual os estudos literários (diploma de estudos superiores em Letras) a dotam talvez de uma caneta e um estilo. Paradoxalmente, é esta dupla marginalização – o perfil da jornalista e seu formato preferencial de expressão – o que parece tornar possível a inovação editorial. Com efeito, assim como as páginas femininas apareceram na imprensa

12 Entrevista, 14/10/05: antiga jornalista política de *Libération*, com pós-graduação na Sciences Po Paris, editora, à época da entrevista.

132 A sociologia das especialidades jornalísticas (Marchetti, 2002) possibilita, então, destacar a diversidade e a ambivalência de práticas que pretendem uma abordagem “feminina”. Como estas práticas fazem parte das relações de gênero, por um lado, e as convenções jornalísticas dominantes, por outro, são realmente diferentes, até opostas. Por exemplo, o uso do “eu” na escrita jornalística destaca práticas e estratégias com significações divergentes. Sendo assim, na França, na editoria de política dos diários nacionais, o jornalista retrata, ainda que imperfeitamente, as situações de interação com a equipe política e constitui-se como testemunha onisciente para melhor compartilhar com os leitores os segredos do poder, introduzindo-os nos bastidores da política⁹, enquanto nas revistas femininas, o fato de falar sobre si mesma ou sobre as pessoas mais próximas de suas relações visa criar uma cumplicidade tácita com as leitoras, criando uma pseudo-intimidade (Mundscha, 2010). O primeiro caso pode ser interpretado como uma tentativa de subverter os próprios

9 É o caso de certos formatos de expressão como a «narrativa política», a «descriptografia da comunicação política», as «anedotas políticas» (SAITTA, 2008).

133

britânica e estadunidense no início do século 20¹³, os espaços jornalísticos dominados podem constituir espaços de maior autonomia, menos estratégicos e, portanto, menos vigiados, permitindo a criação ou a transformação das práticas pelas beiradas.

O exemplo de Françoise Berger e da narrativa política no *Libération* é particularmente instrutivo na medida em que mostra como a subversão das armas do jornalismo político resultou, ao mesmo tempo, na combinação de habilidades específicas e “fora da caixa” da jornalista e de restrições pelas quais passou na função.

3.2. Encenar distância em relação às fontes políticas: por gosto ou obrigação?

Posteriormente, outros nomes femininos do jornalismo político francês na imprensa diária dominaram a narrativa política no exercício da profissão. É o caso de Maria Guichoux e Judith Perrignon, no *Libération*, Pascale Robert-Diard e Ariane Chemin, no *Le Monde*, ou ainda Christine Clerc, no *Le Figaro*. Elas compartilham a ideia de uma escrita feminina na política, descrita como “engraçada”, ligada aos sentidos, “espumante”, como “rajadas de oxigênio”, em oposição ao jornalismo político masculino, “cinzento”, “chato¹⁴”; elas reivindicam “a encenação” e a “subjetividade do olhar”, em oposição a um tratamento institucional, empolado, da política. Esta descrição binária de uma escrita feminina e de uma masculina no jornalismo político não deve levar a naturalizar essas diferenças, mas, sobretudo, a entender por quais mecanismos complexos e emaranhados as mulheres se mobilizam na narrativa política até então usada nas editorias políticas da imprensa diária francesa.

13 “Entretanto, o surgimento de páginas de mulheres nos jornais no início do século XX não só provocou um aumento do número de mulheres jornalistas como também forneceu um espaço para arejar os debates feministas, a partir do final dos anos 1960 [...]. As páginas das mulheres eram origem a novos estilos de jornalismo impresso. Apesar de seu acento em histórias de interesse humano, a página das mulheres muitas vezes subverteu os valores convencionais da domesticidade suburbana dos anos 1950 com a introdução de importantes debates feministas sobre igualdades de oportunidades no emprego, salários iguais, cuidado das crianças, divórcio, aborto, e assim por diante” (Chambers; Steiner; Fleming, 2004, p. 8).

14 Entrevista, 05/07/05: ex-jornalista político do *Libération*, mestre em Direito Público, graduada na Sciences-Po e no CFJ, menos de 40 anos, trabalhando na seção Retrato, no momento da entrevista.

3.2.1. Um efeito das disposições femininas e das trajetórias

A encenação de uma distância em relação às fontes poderia ser devido a disposições femininas (socialmente construídas), por exemplo, uma menor fascinação pelo poder. Uma das entrevistadas destaca, por exemplo, a relação diferente (em comparação com seus colegas do sexo masculino) que mantém com a política institucional, por sinal, argumento alegado para explicar sua saída da editoria política. Primeiramente, ela demonstra estar farta de frequentar esse microcosmo, situação que se exprime pelo fato de “conhecer tudo com antecedência”, de “ver sempre os mesmos” ou ainda “de ficar muito enfurnada nesse ambiente”¹⁵. Em seguida, ela deplora um acompanhamento e um enquadramento exclusivamente institucional da informação política, centrados nas instituições, nos partidos parlamentares, nos políticos que ocupam os mais altos cargos do campo político, o que considera “tedioso”.

Algumas jornalistas, portanto, experimentariam um maior desinteresse pela política do que seus colegas do sexo masculino, que permaneceriam apaixonados pelos jogos de poder. Poder-se-ia assim argumentar que a *illusio* (no sentido dado por Bourdieu) política deles é mais forte do que a de seus pares do sexo feminino. Além disso, como Neveu (2000), que se pergunta sobre um “componente feminino do *habitus*”, pode-se pensar que o tratamento da política proposto na narrativa política que valoriza a personificação e a personalização poderia estar relacionado a uma descarga inferior de emoções e a uma maior capacidade de empatia nas mulheres. Ou ainda que os papéis sociais conjugais e maternos atribuídos às mulheres as predisõem a uma maior sensibilidade às experiências comuns.

A questão das disposições femininas torna-se mais interessante juntamente com especial atenção às carreiras profissionais e trajetórias sociais dessas mulheres jornalistas políticas. Estas têm, como

15 Entrevista, 05/07/05: esposa, jornalista da Editoria de Política, no *Libération*, primeiro ano de aulas preparatórias para o exame de admissão para a École Normale Supérieure (seções literárias), mestre em Ciência Política, graduada no Instituto de Estudos Políticos de Paris e no Centro de Formação de Jornalistas (CFJ, Paris), menos de 40 anos no momento da entrevista.

as mulheres jornalistas em seu conjunto¹⁶, geralmente frequentado cursos universitários em Letras ou Ciências Sociais, proporcionando-lhes recursos específicos, mobilizados para a narrativa política, em termos estilísticos, ângulos e de formatos jornalísticos (Neveu, 2000).

3.2.2. Um efeito dos estereótipos de gênero

O uso da narrativa política por algumas mulheres jornalistas políticas pode ser explicado por estereótipos de gênero que pesam sobre elas e são formulados mais ou menos explicitamente pelos colegas, pela hierarquia e pelas fontes. Esses estereótipos são muitas vezes de três ordens: as mulheres estão associadas a um objeto sexual, são consideradas como tendo uma personalidade frágil e, sendo compreensivas, humanas (Lachover, 2005).

Esses estereótipos atuam de diferentes maneiras, dependendo da geração de mulheres jornalistas políticas em questão, de acordo com o estado do campo jornalístico e de sua relação com o campo político. As “pioneiras” eram vistas como atrativas para obter informação por sedução (para o qual o equivalente masculino seria um fascínio pelo poder) em um estado do campo onde a proximidade com o pessoal político não era estigmatizada: “[...] ao que parecia, talvez os homens também introduziriam as mulheres no curral para obter mais informações, porque essas mulheres lá não iriam sozinhas, mas foram enviadas sobretudo pelos diretores de redação.”¹⁷

A geração dos anos 1990 e 2000 herdou o “passivo” das gerações anteriores, estigmatizadas por sua estreita relação com o pessoal político: “Nossas antecessoras, [...] foram as mulheres que nos deram o sentimento [...] de ter se casado com a política. Era sua vida, elas viviam política, respiravam política, mesmo em suas vidas privadas elas eram políticas”¹⁸.

16 Por exemplo, no *Le Monde* em 2001, Sedel (2010) mostra que as mulheres com um currículo de Letras são significativamente majoritárias (14% contra 9% para os homens).

17 Entrevista, 14/10/05: ex-jornalista política no *Libération*, graduada na Sciences Po Paris, editora chefe, no momento da entrevista.

18 Entrevista, 22/05/03: ex-jornalista política no *Le Monde*, Sciences Po Paris, CFJ, trabalha na Editoria Sociedade (Justiça), no momento da entrevista.

Elas devem, portanto, afirmar uma distância em relação aos políticos para corresponder às representações legítimas do “bom” jornalista em um campo que tende à autonomia, enquanto trabalham em um universo – a política –, permanecendo em grande parte dominado por homens e marcado pela história das relações de sedução e intimidade compartilhadas entre as figuras femininas mais visíveis do jornalismo político e do *staff* político. Esse esforço de distanciamento exprime-se tanto nas práticas cotidianas de trabalho por meio do estabelecimento de regras de conduta (recusa de familiaridade, de beijo, jantares, conversas pessoais etc.), mas também na encenação de sua distância em relação às fontes da escrita. O uso da ironia, indicando uma deferência menor para fontes políticas, pode ser interpretado como resultante, em parte, deste duplo esforço de distanciamento.

Para concluir, a mobilização do formato de expressão da narrativa política nas editorias políticas da imprensa diária francesa por algumas mulheres na virada da década de 1990 envolve vários processos interligados. Ela está ligada a componentes feminino do *habitus*, a especificidades nas trajetórias, a restrições de cargos e rotinas de trabalho com base em estereótipos de gênero. O surgimento dessa leitura dessacralizante e objetivante da vida política, contudo, não pode ser isolada de transformações cruzadas do campo jornalístico e do campo político, sendo, por exemplo, indissociável dos processos de despolíticação do jornalismo político (Saitta, 2006) ou ainda da privatização e da “informalização” da vida política (Neveu, 2003).

REFERÊNCIAS

ACKER, Joan. Hierarchies, Jobs, Bodies: A theory of Gendered Organizations. *Gender and Society*, Vol. 4, nº 2, 1990, p. 139-158.

BARTHES, Roland. L'effet de réel. In BARTHES Roland; GENETTE, Gérard; TODOROV, Tzvetan. (org.). *Littérature et réalité*. Paris : Le Seuil, 1982, p. 81-90.

BERENI, Laure et al. *Introduction aux Gender*

Studies: Manuel des études sur le genre. Bruxelles: De Boeck, 2008.

BOURDIEU, Pierre. L'Emprise du journalisme. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1994, Vol. 101, n° 1, p. 3-9.

CAPPELLA, Joseph N.; JAMIESON, Kathleen Hall. News frames, political cynicism and media cynicism. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 546, n° 1, 1996, pp 71-84.

CHARRIER-VOZEL, Marianne, DAMIAN-GAILLARD, Béatrice. Des voix de l'intime au regard de l'expertise dans la presse féminine. In: RINGOOT, Roselyne; UTARD, Jean-Marie (org.). *Le journalisme en invention*. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs, Rennes : PUR, 2005, p. 125-159.

DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; SAITTA, Eugénie. Processus de féminisation du journalisme politique et réorganisations professionnelles dans les quotidiens nationaux français. *Communication*, 2011, n° 28/2.

136 DE BRUIN, Marjan de; ROSS, Karen (org.). *Gender and Newsroom Cultures*. Identities at work. Cresskill : Hampton Press, 2004.

DELORME, Nicolas; RAUL, Pauline. Place et production journalistique des femmes dans les départements sportifs des quotidiens nationaux. In: DAMIAN-GAILLARD, **Béatrice**; FRISQUE, **Cécolène**; SAITTA, Eugénie (org.). *Le journalisme "au féminin" : assignations, inventions et stratégies*. Rennes : PUR, 2010, p. 169-194.

DJERF-PIERRE, Monika. The Gender of Journalism. The Structure and Logic of the Field in the Twentieth Century. *Nordicom Review*, 2007, p. 98.

DJERF-PIERRE, Monoka. Lonely at the top. Gendered media elites in Sweden. *Journalism*, 2005, Vol. 6, n° 3, p. 265-290.

DJERF-PIERRE, Monika; LÖFGREN-NILSSON, Monica. Gender-typing in the newsroom: the feminization of Swedish television news production, 1958-2000. In: DE BRUIN, Marjan; ROSS, Karen (org.). *Gender and Newsroom Cultures*. Cresskill :

Hampton Press, 2004, p. 79-117.

GAUTIER, Gisèle. *Femmes et hommes dans les médias*. Rapport d'activité de la délégation aux droits des femmes et à l'égalité des chances entre hommes et femmes au Sénat, 11 juillet 2007.

GUINEL, Jean. *Libération, la biographie*. Paris : La Découverte, 1999.

INSTITUT Français de Presse. *Les journalistes français à l'aube de l'an 2000*. Profils et parcours. Paris : Ed. Panthéon-Assas, 2001.

KACIAF, Nicolas. La dernière séance. Mutations stylistiques et déclin d'un genre caractéristique du journalisme politique français: le compte-rendu parlementaire. Communication au colloque "Genres journalistiques : savoirs et savoir-faire", IUT de Lannion, CRAPE, 16-17 septembre 2004.

KOREN, Roselyne. *Les enjeux éthiques de l'écriture de presse et la mise en mots du terrorisme*. Paris, Montréal : L'Harmattan, 1996.

LACHOVER, Einat. The gendered and sexualised relationship between Israeli women journalists and their male news sources. *Journalism*, 2005, Vol. 6, n° 3, p. 291-311.

LOCHARD, Guy. Genres rédactionnels et appréhension de l'événement médiatique. Vers un déclin des modes 'configurants'?. *Réseaux*, n° 76, 1996, p. 83-102.

LÖFGREN-NILSSON, Monica. The thoughts and doings of gender Swedish television news as a case. *Journalism Practice*, Vol. 4, Issue 1, 2010, p. 1-16.

LÖFGREN-NILSSON, Monica. Le genre en pensées et en actes : le cas des informations télévisées suédoises. In: DAMIAN-GAILLARD, **Béatrice**; FRISQUE, **Cécolène**; SAITTA, Eugénie (org.). *Le journalisme "au féminin" : assignations, inventions et stratégies*. Rennes : PUR, 2010, p. 119-152.

MARCHETTI, Dominique. « Les sous-champs spécialisés du journalisme ». *Réseaux*, 2002, Vol. 20, n° 111, p. 22-55.

MARUANI, Margaret; NICOLE, Chantal. *Au Labeur des Dames*. Métiers masculins, emplois féminins. Paris : Syros/Alternatives, 1989.

MÜNDSCHAU, Laurence. Autoreprésentation de la profession de journaliste dans les magazines féminins belges francophones. In: DAMIAN-GAILLARD, **Béatrice**; FRISQUE, **Cécolène**; SAITTA, Eugénie (org.). *Le journalisme "au féminin" : assignations, inventions et stratégies*. Rennes : PUR, 2010, pp. 195-218.

NEVEU, Erik. Privatisation et informalisation de la vie politique. In: BONY, Yves; NEVEU, Erik, QUEIROZ, Jean-Manuel de (org.). *Norbert Elias et la théorie de la civilisation*. Rennes: PUR, 2003, p. 185-207.

NEVEU, Erik. Le genre du journalisme. Des ambivalences de la féminisation d'une profession. *Politix*, Vol. 13, n° 51, 2000, p. 179-212.

NEVEU, Erik. Entretiens avec des journalistes politiques. *Mots*, 1993, n° 37, p. 87-105.

PADIOLEAU, Jean-Gustave. Systèmes d'interaction et rhétoriques journalistiques. *Sociologie du travail*, 1976, n° 18, vol. 3, pp. 256-282.

REISER, Michèle; GRÉSY, Brigitte. *Rapport sur l'image des femmes dans les médias*. Présenté par la commission de réflexions sur l'image des femmes dans les médias, 25 septembre 2008.

ROBINSON, Gertrude. Gender in the newsroom. The Canadian experiences. In: DE BRUIN, Marjan; ROSS, Karen (org.). *Gender and newsroom cultures. Identities at work*. Cresskill : Hampton Press, 2004, p. 181-196.

RUFFIN, François. *Les petits soldats du journalisme*. Paris : éditions Les arènes, 2003.

SAITTA, Eugénie. Les journalistes politiques et leurs sources. D'une rhétorique de l'expertise critique à une rhétorique du 'cynisme'. *Mots*, 2008, n° 87, p. 111-123.

SAITTA, Eugénie. Les transformations du journalisme politique depuis les années 1980. Une compa-

raison France / Italie. Doctorat de science politique, sous la direction de Erik Neveu, Université Rennes 1, décembre 2006.

SCHOCH, Lucie; OHL, François. Presse écrite quotidienne sportive en Suisse romande : des femmes journalistes dans un monde d'hommes. In: DAMIAN-GAILLARD, **Béatrice**; FRISQUE, **Cécolène**; SAITTA, Eugénie (org.). *Le journalisme "au féminin" : assignations, inventions et stratégies*. Rennes : PUR, 2010, p. 237-254.

SCHUDSON, Michael. The sociology of news production. *Media, Culture and Society*, 1989, n° 11, 1989, p. 263-282.

SCHUDSON, Michael. Social origins of press cynism in portraying politics. *American Behaviorist Scientist*, vol. 42, n° 6, 1999, p. 998-1008.

SEDEL, Julie. Une reconfiguration des spécialisations professionnelles au Monde. In: DAMIAN-GAILLARD, **Béatrice**; FRISQUE, **Cécolène**; SAITTA, Eugénie (org.). *Le journalisme "au féminin" : assignations, inventions et stratégies*. Rennes : PUR, 2010, p. 153-168.

VAN ZOONEN, Liesbet. One of the Girls? Or the Changing Gender of Journalism. In: CARTER, Cynthia; BRANSTON, Gill; ALLAN, Stuart. *News, gender and power*. London: Routledge, 1998, p. 33-46.

**Recebido em 02 de abril de 2016.
Aprovado em 20 de maio de 2016.**

137